



Ata da Reunião Extraordinária do COMTUR JF realizada no dia 30 de Agosto de 2017

Aos 30 dias do mês de Agosto de 2017, no Museu Ferroviário – Av. Brasil, 2001 – Centro, Juiz de Fora – MG, 36060-010 – reuniram-se as instituições abaixo representadas pelos participantes: Mário William A. de Faria, DITUR/PJF, Marcos Henrique Souza Miranda, da ABRASEL/ZM, Vladimir Moraes, aluno do Curso de Turismo/UFJF, Mayara Cristina de S. Paiva, da ABRASEL/ZM, Jorge Levi Mendes Coelho, da AVA-JF, Michele Aparecida da Silva, do DITUR/PJF, Ianca Bertante Camara, do DITUR/PJF. Sr. Marcos inicia a reunião justificando a ausência em reuniões passadas devido ao fato de assumir o aeroporto de Juiz de Fora. Devido ao término de contrato de licitação, de responsabilidade da SETTRA a gestão deste patrimônio, passa-se a SEDETTUR, assim como houve o vencimento com a SINART, a prefeitura quem está se responsabilizando pelo espaço. Desta forma colaboradores da SEDETTUR estão se revezando no aeroporto, este projeto tem tomado grande parte do tempo a fim de conhecer o equipamento, devido à complexidade. Sr. Mário destaca a licitação, que houve um pedido de revisão de termo técnico pois no documento de referência não havia um técnico responsável. Sra. Mayara questiona se o termo foi feito antes do término do contrato. Sr. Mário afirma que o termo de referência foi feito antes mas seria executada posteriormente, mas atualmente apenas a prefeitura assume o papel de gestão. Sr. Vladimir indaga se está operando. Sr. Mário explica que o aeroporto da serrinha não tem controle aéreo, assim como o Regional Presidente Itamar Franco, o controle é feito pelo CINDACTA II, a título de informação mas toda decolagem é de responsabilidade do comandante. Todos os voos comerciais são feitos no aeroporto regional, na serrinha apenas focado nos voos executivos, de pequeno porte. Sr. Marcos aponta que são aspectos complexos e inúmeras questões, como de segurança por exemplo e que todos de alguma forma da secretaria estão envolvidos, assim como a estagiária Ianca e o Vitor, este especificamente está ficando direto, pois há movimento, e todos os dias têm em média 15 voos. Seguindo para a pauta da presente reunião, a proposta do Edital, a partir dos encontros das reuniões da comissão de revisão do edital. Sra. Mayara relata que os encontros foram de 3 a 4 horas, com discussões relevantes e construtivas e com um resultado positivo, ressaltando que a presença da Sra. Alice na comissão trouxe uma visão técnica de suma importância. Sr. Mário diz que o departamento se restringiu em responder aos questionamentos e responder apenas dúvidas de trâmites, para deixar livre as discussões e não interferir para não induzir, e realmente ter caráter de mudança. Sra. Mayara destaca a importância dos encontros no que diz respeito aos fornecedores locais, e este, também foi percebido no CONIDE – Conferência de Inovação e Desenvolvimento da Zona da Mata Mineira, que aconteceu nos dias 22 e 23 de agosto. Sr. Marcos convida Mayara para apresentar. Sr. Marcos explica a metodologia, que sugerem a retirada de alguns itens no documento, colocação de novos e a reformulação da redação de alguns. Sr. Marcos sugere que todos leiam o documento pois está legendado, a Sra. Mayara comentará alguns pontos mais relevantes. Sra. Mayara inicia com o primeiro questionamento que é a questão dos prazos, foi sugerido 30 dias mínimos de antecedência da abertura das inscrições até o encerramento. Outro aspecto a ser alterado é o objetivo do programa, pois não estava claro alguns aspectos, como por exemplo o apoio institucional da prefeitura, que abrange até mesmo ceder algum espaço e não apenas a marca da PJF. Sr. Marcos esclarece aos demais que apoio institucional, se dá por já estar na estrutura de custos da prefeitura e se realoca algumas ações, como por exemplo o trabalho dos agentes de



trânsito para fechamento de rua por exemplo. Sr. Marcos salienta a importância, pois mesmo sem o aporte financeiro, este apoio da prefeitura é tão importante quanto o financeiro. Ainda, Sr. Marcos reforça a importante ação do apoio institucional, que projetos possam ser contemplados apenas com esta ação. Sr. Mário sugere o direcionamento para o apoio institucional, ainda, resume que as mudanças foram aos prazos e o que se refere a proponente e executor. Sra. Mayara prossegue para a próxima alteração relevante a ser comentada, é o item que trata o que não é considerado ações de aporte financeiro e elenca ações, a indicação é perguntar ao jurídico se há necessidade, pois o edital torna-se extenso. Sr. Mário acredita que será aceita essas proposições. Sr. Marcos aponta uma questão importante a quantidade de projetos a serem fomentados pelo programa. Sra. Mayara diz que o questionamento é em torno do porque do número de 10 a 15 classificados quantidade de projetos classificados, além de contar com a possibilidade deste não serem habilitados na fase de documentação. Sr. Marcos afirma que o número de classificados não deva ser estipulado, apenas haverá os foram aprovados e os classificados. Sr. Mário afirma que isto tornava empecilho em casos de desistência, devido ao fato não conseguir submeter um outro projeto. Sra. Mayara diz que reformulará a frase para que retire o número de projetos. Sr. Marcos prossegue para o tópico do valor do apoio financeiro, que não poderá ser superior a 30%. Sra. Mayara ressalta que foi levantado pela comissão que cria uma distorção. Sr. Marcos sugere não escalonar valor. Sr. Marcos defende que foi posto até 30% devido ao fato de ser um programa de fomento e não realização e reafirma que sua posição é manter o valor. O item referente a inscrição, Sra. Mayara aponta a ser questionado pelo jurídico se a inscrição possa ser online, para um primeiro momento reduzir o volume de papéis. Sra. Mayara exemplifica que na FUNALFA, no Corredor Cultural as inscrições foram realizadas pelo Google Forms. O próximo item questionado, o 3.6 que refere-se a quem estar apto a inscrição no programa, e não estava claro se nos pré requisitos deveria entregar documento ou apenas se enquadrar, portanto, a comissão decidiu que fosse cumprido mediante a apresentação de documentos a fim de resguardar a segunda fase. Sr. Marcos afirma que a questão documental torna-se problemática e antecipar reduz transtornos. Sra. Mayara diz que foi pensado pela comissão facilidade. No que se refere à penalidade decorrente do recolhimento de impostos indevidos, Sra. Fernanda questiona se será apenas a pena em ficar impedido de participar do programa no ano subsequente, e se não deveria estar na parte de pagamento. Sr. Marcos informa que é uma questão de jurídico assim como de organização do próprio edital. Sra. Michele questiona a necessidade de haver penalidade em casos de desistência. Sr. Marcos diz que não é positivo e cria barreiras em participarem. Sr. Mário não concorda em haver mais penalidades, pois está, já inviabiliza o organizador. Sra. Mayara prossegue com o item 3.6.2 onde refere-se quando a inscrição é vedada, os itens foram todos permanecidos apenas a inclusão do da exploração sexual, devido a forte política do Ministério do Turismo em combater a este tipo de exploração. E foi acrescentado um item, no qual se refere aos proponentes sejam funcionários públicos municipais, estaduais ou federais, bem como políticos e funcionários de autarquias, pois não estava inscrito no edital, e o que se sabe pela comissão estes não podem receber estes recursos. Ainda no mesmo tópico, foi sugerido que a inscrição será vedada em casos onde o proponente não prestaram conta de seus projetos ou não tiveram as contas aprovadas. Sr. Marcos afirma que este último, solucionará problemas desta natureza, que já ocorreu. Segundo Sr. Mayara a comissão sugere que os itens relacionados ao "é vedada" estejam localizados antes das inscrições, por questão de ordem. Ainda, o item 3.7.2 está repetindo com o item 3.3, levar ao jurídico para a disponibilidade de corte. Sr. Marcos direciona para o item do



processo de seleção e suas fases, específicos aos questionamentos em torno do item 4.1.2. Sra. Mayara explica que estes critérios de avaliação do projeto não eram claros na leitura do edital, e conforme o manual do governo levado pela Sra. Fernanda diz que deverá ter no máximo oito critérios e haviam dezesseis. Foi reformulado criando uma junção entre os que apresentavam similaridade. No caso da seção referente a regionalização, com a ajuda do Sr. Mário na reformulação, foi considerado que os fornecedores sejam da região, em um número mínimo de 50% dos contratados, será uma forma de pontuar no projeto. Sr. Marcos salienta ser um ponto muito positivo, pois a contratação de fornecedores da cidade fará que a circulação econômica aconteça na cidade. E com o intuito de auxiliar a comissão nos critérios foi acrescentado a prevalência de itens a serem analisados. O item 4.1.7 Onde a comissão responsável do COMTUR por avaliar os projetos deverá fornecer aos proponentes do projeto um parecer referente aos classificados ou não, Sr. Marcos informa ser um aperfeiçoamento do edital onde terá justificativas da avaliação. Como no caso de projetos deste ano, segundo Sr. Marcos, de relevância para o município mas que não foi contemplado, é preciso que haja um embasamento do porque não aceito e onde errou a fim de ser melhorado futuramente. Sra. Mayara reforça que além disso resguarda a comissão. Sra. Mayra prossegue que o item 4.2.2, repete uma série de documentos. Foi levantado em grupo o questionamento quanto a autenticação dos documentos, foi observado a utilização da lógica de Fé Pública pelos servidores da PJF, pois o valor das autenticações e da quantidade de documento, torna-se problemático. O item 4.2.10 Em caso de desistência dentro do prazo de 15 dias, o recurso do projeto será redirecionado a outro da lista de aprovados, sendo definido pelo comitê técnico do COMTUR, e aos que desistirem dentro do prazo, não serão penalizados com a impossibilidade de submissão no ano subsequente. Sra. Mayara coloca que foi discutido pela comissão se poderá ser desta forma com o fim de realocar o recurso. Sr. Mário analisa que este prazo de 15 dias fará com estimule a decisão mais rápida, resolvendo a questão. Sra. Mayra informa que o item 5 referente as obrigações do proponente foi incluída. Sra. Mayara pergunta se todos estão de acordo. No formulário de orçamento, sugere-se de que seja um orçamento para comprovar o valor do projeto, sem a necessidade de três. Pois há um trabalho a ser realizado ao fazer orçamento em que os fornecedores já se recusam a fazer o orçamento. Terminado a questão do edital, Sr. Marcos passa para a pauta referente ao convite de encontro de gestores que ocorrerá em Belo Horizonte e que o mesmo e Sr. Mário irá para representar Juiz de Fora. Sr. Marcos questiona a posição do Circuito Turístico Caminho Novo, pois o mínimo, que seria presença em reunião, está sendo feito, não fazendo sentido pagar algo que não existe. Complementando, Sr. Marcos reforça a necessidade do município estar circuitado. Diante dessa situação grave, foi pedido ao Sr. Mário que enviasse uma correspondência oficial, e que a diretoria se apresente. Sr. Marcos expõe que após o disparo do ofício, chega uma carta do próprio circuito no governo de estado e outra que falava que deveria ser ajustado o convênio, questionando a respeito do que, o que será entregue, qual o produto. Sr. Marcos destaca o contato com o secretário de turismo de estado em qual a possibilidade de participar de um outro circuito, e o mesmo sugeriu que fosse assumido. Sr. Marcos reforça que membros da prefeitura não assumirá circuito devido ao acúmulo de atividades que já existem, a não ser a partir do interesse de instituições que se articulem para tal. Sr. Marcos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu, lanca Bertante Camara, lavrei a presente ata que após ser aprovada será assinada por todos os participantes.



Conselho Municipal de Turismo – COMTUR JF
Reunião Extraordinária – 30 de Agosto de 2017 – Museu Ferroviário

Ianca Bertante Camara _____DITUR/PJF

Jorge Levi Mendes Coelho _____AVA-JF

Marcos Henrique Souza Miranda _____ABRASEL/ZM

Mário William A. de Faria _____DITUR/PJF

Mayara Cristina de S. Paiva _____ABRASEL/ZM

Michele Aparecida da Silva _____DITUR/PJF

Vladimir Morais _____Curso de Turismo/UFJF